



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA FORENSE

DOUGLAS DE SOUZA

**CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ENTRE
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO E EM
SITUAÇÃO FAMILIAR NA CIDADE DE CURITIBA**

CURITIBA

2020



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE

DOUGLAS DE SOUZA

CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ENTRE
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO E EM
SITUAÇÃO FAMILIAR NA CIDADE DE CURITIBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giovana Munhoz da Rocha

CURITIBA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S719 Souza, Douglas de.

Caracterização de uma amostra de crianças de 0 a 6 anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba / Douglas de Souza; orientadora Prof^a. Dr^a. Giovana Munhoz da Rocha.

71f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

1. Crianças em acolhimento. 2. Desenvolvimento. 3. Maus-tratos. 4. Adoção. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia.
II. Título.

CDD - 362.7

Nome: Douglas de Souza

Título: caracterização do desenvolvimento infantil entre crianças de 0 a 6 anos em situação de acolhimento e em situação familiar na cidade de Curitiba

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do título de mestre.

Aprovado (a) em: / /

Banca examinadora

Professora Doutora Ana Lúcia Rossito Aiello

Instituição: Universidade São Carlos

Assinatura: _____

Professor Doutor Pedro Afonso Cortez

Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura; _____

Professora Orientadora Doutora Giovana Munhoz da Rocha

Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura: _____

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO	9
REVISÃO DE LITERATURA	11
OBJETIVO.....	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos.....	17
HIPÓTESE(S).....	18
Método	18
Amostra:.....	18
Local	18
Materiais:	19
Instrumento.....	19
Procedimentos Éticos	20
Procedimentos	21
Caracterização da amostra – Crianças em situação de Acolhimento	22
Caracterização da amostra – Crianças em Convívio Familiar	23
Análise de dados	23
RESULTADOS	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
Referências	37

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa com crianças de zero a seis anos em situação de acolhimento, que teve como objetivo caracteriza-las, comparando os resultados encontrados ao de crianças que não se encontravam em situação de acolhimento. Nesta caracterização foi utilizado o Inventário Portage Operacionalizado, o qual avalia o desenvolvimento social, cognitivo e motor de crianças de 0 a 6 anos. É importante notar que a limitação da amostra deu-se pela pandemia COVID-19.

Souza, D. (2020). *caracterização do desenvolvimento infantil entre crianças de 0 a 6 anos em situação de acolhimento e em situação familiar na cidade de Curitiba*. Dissertação de mestrado em Psicologia Forense Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba/PR.

RESUMO

Este trabalho visou caracterizar uma amostra de crianças de zero a seis anos, que estavam em situação de acolhimento institucional no município de Curitiba e comparar os dados encontrados de crianças que estavam em convívio com os pais biológicos quanto ao desenvolvimento social, cognitivo, linguagem, motor e autocuidados. O método para levantamento dos dados foi à aplicação do Inventário Portage Operacionalizado (IPO), composto por cinco áreas do desenvolvimento. Cada sessão de coleta de dados do inventário foi observada pelo período de 30 minutos. As sessões foram findadas quando o infante apresentasse sinais de cansaço ou quando este apresentasse quinze respostas consecutivas incorretas. Os materiais utilizados para observação eram preparados previamente conforme orientação das autoras do instrumento e os comandos para as respostas foram explicados claramente, tanto para as cuidadoras, mães biológicas e crianças observadas. Este trabalho teve como amostra 28 crianças (n=28), sendo que 50% da população observada estavam em situação de acolhimento em três instituições da cidade de Curitiba destinada aos cuidados desta população, uma das instituições realizava o acolhimento do infante junto com a mãe biológica e irmãos caso este os tenha. Os demais participantes que representam a outra metade (n=14), estavam em convívio com a família biológica. Conforme análise estatística Wilcoxon Signed-Rank não houve diferença significativa no desenvolvimento de crianças acolhidas e crianças em convívio familiar, porém os gráficos do IPO mostram que as crianças em acolhimento apresentam desenvolvimento abaixo da média e as crianças em convívio com a família biológica apresentam desenvolvimento esperado com a faixa etária.

ABSTRACT

This study aimed to characterize a sample of children from zero to six years old, who were in institutional care in the city of Curitiba and to compare the data found with those of children who were living with their biological parents. We sought to characterize infants in terms of social, cognitive, self-care, language and motor development. The method for collecting data was the application of the Portage Inventory, composed of five areas of development. Each area of the inventory was observed for a period of 30 minutes, with the observation of the areas closed when the child presented the responses described in the inventory. The materials used for observation were previously prepared as instructed by the authors of the instrument and the commands for the answers were explained clearly, both for the caregivers, biological mothers and children observed. This study had a sample of 28 children (n = 28), with 50% of the observed population being hosted by three institutions in the city of Curitiba for the care of this population, one of the institutions was hosting the infant together with the mother biological and siblings if he has them. The other participants who represent the other half (n = 14), were living with the biological family. According to Wilcoxon Signed-Rank statistical analysis, there was no significant difference in the

development of children welcomed and children in family life, however the Portage graphs show that children in foster care present below average development and children living with the biological family show expected development with the age group.

INTRODUÇÃO

Os reflexos da institucionalização na vida das crianças e a visão que a sociedade tem referente ao acolhimento foram objeto de diversos estudos e pesquisa, apontando diversos dados quanto ao atraso no desempenho escolar, fragilidade emocional, baixa estima e dificuldade de vinculação (Roque, 2016). O acolhimento de uma criança pode ocorrer de diversas formas, em diferentes momentos da sua vida e por diversos motivos, refletindo singularmente no seu desenvolvimento e nas suas características nas próximas etapas do desenvolvimento comparada com crianças que não estão em situação de acolhimento.

As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes são necessárias. Elas fazem parte da rede de apoio para muitas famílias brasileiras, principalmente para as que apresentam problemas sociais associados à pobreza. (Siqueira & Dell'Aglio, 2006)

A institucionalização pode ser por um breve ou longo período da vida da criança e adolescente, pode ter ocorrido diversas vezes e por diversos motivos. Em seu trabalho acerca de institucionalização precoce e prolongada, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), apontam que não apenas os fatores contextuais da família de origem influenciam o desenvolvimento do infante, mas também o padrão dos cuidados recebidos no ambiente institucional. Apontam os autores que quanto mais adequadas são as condições da institucionalização, menores são os fatores de risco para o desenvolvimento do acolhido. A respeito da população utilizada pelos mesmos autores, eles destacam que quase metade foi enviada ao abrigo por uma série (dois ou mais motivos) de crises e problemas no grupo familiar, enquanto que as que apresentaram apenas um motivo para encaminhamento à instituição, a negligência (60,23%) figurou como principal situação de risco a respaldar a decisão judicial.

É sabido que crianças e adolescentes necessitam de cuidados, atenção e proteção para o desenvolvimento de: socialização, cognição, linguagem, e desenvolvimento motor. O direito pelo desenvolvimento saudável é garantido pela constituição Federal de 1988, então quando a família não garante ao infante um lar onde o cuidado, o apego, o amor, a alimentação a segurança seja possível, este é encaminhado para uma instituição.

Para Jauczura (2008) cuidar, educar, seus filhos, nas necessidades físicas, sociais e psicológicas, permite que os infantes possam ter um desenvolvimento satisfatório, tornando-se adultos seguros e com mais propensão a práticas parentais adequadas. Segundo Torquato, Paes, Bento, Saikai, Souto, Lima & Abreu (2011) o abrigo constitui-se em um ambiente de extrema importância para o infante institucionalizado, pois torna-se o lar desta criança, e nele são realizadas diversas atividades. No entanto ainda assim, pode ocorrer um atraso no desenvolvimento da criança, pela carência emocional e familiar.

Nos dias atuais faz-se importante pesquisa com crianças institucionalizadas devido ao número significativo de acolhimentos que ocorrem, é fundamental que a instituição de acolhimento tenha uma estrutura adequada, com poucas crianças, onde os cuidadores possam garantir a estes infantes, atenção, carinho, amor, valores. Por este motivo é de suma importância conhecer e caracterizar as realidades das crianças dos abrigos da cidade de Curitiba, para realizar intervenções nas áreas do desenvolvimento cognitivo, social, linguagem e autos cuidados da criança e do adolescente, pois isto permitirá a realização de futuros projetos de intervenção.

REVISÃO DE LITERATURA

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL (O QUE O ECA PRECONIZA)

Atualmente a literatura aponta o argumento de que crianças institucionalizadas são vistas quase sempre de forma vulnerável, oriundas de famílias de pouco recurso, lares de risco (Bernal, 2004). No entanto, conforme preconiza o ECA a situação socioeconômica de uma família não deve constituir em motivo suficiente para a institucionalização do infante, retirando este do convívio familiar (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

Outro aspecto levantado é a superficialidade das relações afetivas da criança dentro das instituições de acolhimento, uma vez que no abrigo não há a presença da figura materna ou paterna no dia a dia das crianças. Quem faz este papel de forma profissional são os cuidadores, uma vez que estes acompanham a rotina das crianças, rotinas estas: alimentação, higiene, sono e lazer. Segundo Chaves et. al (2012), infelizmente a interação entre o infante e o cuidador nos abrigos muitas vezes acaba-se se despersonalizando, devido a grande quantidade de crianças por cuidadores.

A institucionalização não deveria ser considerada ou vista como um agente de risco, e muito menos apresentar características de generalização, e sim disponibilizar um ambiente acolhedor, propício ao desenvolvimento. No ECA, o acolhimento institucional deve ser uma medida de proteção, assim como deve ter caráter provisório, uma ferramenta utilizada sempre que os direitos do infante são violados, gerando uma rede de apoio social (Siqueira & Dell'Aglio 2010).

A rede de apoio social é composta por um conjunto de sistemas como: saúde, educação, acolhimento e de pessoas que integram os “elos” de relacionamento recebidos. Atuando como principal fator de proteção no processo de adaptação de

situações de estresse vivenciado pela criança ou adolescente (Siqueira & Dell'Aglio 2010).

Nos acolhimentos institucionais realiza-se uma série de atividades para o a vinculação do infante, na tentativa de amenizar o sofrimento, uma vez que este processo é composto por sofrimentos e traumas. Outro fator importante é o tempo de institucionalização que a criança permanece no abrigo, o ECA aponta que o máximo deveria ser dois anos, no entanto este tempo não é respeitado. Siqueira & Dell'Aglio 2010). Por fatores históricos acredita-se que o tempo máximo de acolhimento não é respeitado, como as casas lares se constituíram, para Patias, Siqueira e Dell'aglio (2017) existe uma longa tradição de internações no Brasil de crianças e adolescentes, pois estas instituições tinham como objetivo central no início separar tudo que causasse desordem social, então as casas abrigos foram construídas para retirar das ruas as crianças que nesta faziam moradia.

É importante ressaltar que o acolhimento de crianças e adolescentes em colégios internos inicialmente não se dava apenas a crianças em situação de risco, nos primórdios por influencia Jesuíta as classes abastadas encaminhavam seus filhos para internatos com o objetivo de educa-los. Em meados do século XVIII os Jesuítas criaram colégios de acolhimento a órfãos, assim como os Jesuítas criaram os colégios de acolhimento a Santa Casa da Misericórdia dataram no século XIX as casas de acolhimentos a órfãos (Patias, Siqueira & Dell'aglio 2017).

PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS DE 0 a 6 ANOS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo Cavalcante, Magalhães e Reis (2014), conhecer e acompanhar as características do desenvolvimento de crianças institucionalizadas auxilia no

entendimento do desenvolvimento biopsicossocial. Mediante o desenvolvimento biológico as experiências obtidas do meio social no período de zero a três anos, da criança permite organizar as estruturas neuronais do cérebro, tornando este maleável (Andrade, Santos, Bastos, Pedromônico, Almeida-Filho & Barreto, 2005).

Estudos psicométricos, atendimentos clínicos mostram que crianças que vivem em condições de poucos estímulos, relações familiares fragilizadas, pouco recurso financeiro, podem não conseguir alcançar os resultados esperados ao longo do desenvolvimento, defasando o amadurecimento físico, cognitivo e socioemocional deste (Cavalcante, Magalhães & Reis, 2014).

Para Chaves, Lima, Mendonça, Custódio e Matias (2012) o principal indicador de saúde da criança é o crescimento e o desenvolvimento. O crescimento é definido como o aumento do tamanho corporal, sendo assim para avaliar o crescimento do infante é necessário acompanhar e mensurar peso, estatura, perímetro cefálico e torácico.

O desenvolvimento é entendido como a graduação dos progressos de estágios mais simples para os mais avançados, conforme complexidade entre um estágio e outro, também se considera a maturação cerebral e o aprendizado (Chaves et. al, 2012).

O ambiente institucional por algumas razões, tais como, pouco contato íntimo com a família, crescente número de crianças por cuidadora, elevado número de crianças por abrigo, tende a não ofertar condições apropriadas para o desenvolvimento. Estes indicadores prejudicam a criação e o estabelecimento de laços afetivos, além de apontar que estes indivíduos pertencem a uma parcela da população frágil, onde vivenciam situações de risco para o seu desenvolvimento físico, psicológico mental e social (Chaves et al, 2012).

A qualidade das relações estabelecidas pela criança é de suma importância para o seu desenvolvimento psíquico, social e escolar. Em uma pesquisa referente ao

Desenvolvimento percepto-motor em crianças abrigadas e não abrigadas, Suehiro, Rueda e Silva (2007) relatam que nos resultados de sua pesquisa que o desempenho escolar de crianças não abrigadas é superior ao desenvolvimento de crianças abrigadas, para elas o fato das crianças abrigadas estarem em média inferior pode estar relacionada à segurança emocional.

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), comentam que aos nove meses ocorre o processo de vinculação junto com o desenvolvimento do apego, mas é somente ao final do terceiro ano de vida da criança que ela formula a quem esta vinculada nos cuidados maternos. Sendo assim quando a criança é privada da experiência de vinculação afetiva sua capacidade de apego fica comprometida.

Por este motivo é muito importante inserir a criança em uma rede de proteção, assim como garantir que esta rede funcione, que as cuidadoras possam desenvolver vínculos e apego com as crianças e adolescentes (Cavalcante, Magalhães e Pontes 2007). Para Sigal et. al (2003) quanto menor for à idade da criança acolhida maior será a chance desta apresentar sequelas em seu desenvolvimento emocional, psicológico e social.

Williams e Brandão (2009) relatam que o abrigo pode prejudicar o desenvolvimento da criança e adolescente como pode facilitar seu desenvolvimento, o que de fato irá influenciar para um desenvolvimento saudável serão os fatores de proteção que a entidade oferta aos infantes. Os fatores de proteção que as casas de acolhimento devem apresentar conforme o ECA 1990 são: equipe multidisciplinar, profissionais capacitados para trabalhar crianças e adolescentes, ausência de rotatividade do quadro de funcionários, cultura de desenvolvimento do quadro de trabalhadores, habilidade dos trabalhadores para desenvolverem suas rotinas laborais em equipe, que os abrigos tenham planos terapêuticos que englobem a participação das

crianças e adolescentes em atividades fora do abrigo, estrutura física compatível com o número de crianças acolhidas

USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS EM MÃES DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO

Para Cavalcante e Magalhães e Reis (2014) a pobreza, relação familiar violenta e uso abusivo de álcool e outras drogas, pelos pais colocam a criança como fator de risco, impactando no desenvolvimento psicossocial do infante. A dependência dos pais por substâncias ilícitas é responsável por (11,4%) dos abrigamentos de crianças em um estudo nacional de 590, instituições de acolhimento.

Mediante ao apontamento acima acredita que essas crianças estejam inseridas em ambientes inapropriados, vivenciando situações de risco, presenciando comportamentos de violência e negligência de seus cuidados. O uso indiscriminado de álcool e drogas pelos responsáveis pelo infante contribui significativamente para perpetuação das condições de vulnerabilidade (Gontijo, Buiati, Santos & Ferreira, 2011).

A vulnerabilidade que a criança e o adolescente ficam expostos se da pelo favorecimento que a dependência química gera em comportamentos de violência e negligência. A dependência química dos responsáveis pelo infante resulta em padrões de cuidados inadequados de interação familiar. O padrão inadequado desta relação disfuncional culmina muitas vezes em comportamentos de agressividade e comportamentos antissociais nas crianças e adolescentes. (Gontijo, Buiati, Santos & Ferreira, 2011).

No estudo de Gontijo, Buiati, Santos e Ferreira (2011) foram observadas situações em que a família deixou de exercer o papel e função de cuidadora pelo uso de substâncias químicas, fazendo com que a criança ou adolescente vivenciassem a

situação de acolhimento. Pelo uso de substância química a família fica sem recursos básicos para garantir a sobrevivência de seus integrantes, nestes casos acaba tendo uma indução de negligência quanto à educação dos filhos, o abandono do infante ou até mesmo a inserção precoce deste no mercado de trabalho. (Gontijo, Buiati, Santos & Ferreira, 2011).

Segundo Gontijo, Buiati, Santos e Ferreira (2011) a questão socioeconômica é um dos principais motivos de acolhimento, e considerada na mesma frequência a dependência química encaminha diariamente os infantes para as ruas, ou acolhimentos institucionais. Face o exposto acima entendeu-se que o abrigamento de crianças é uma estratégia de políticas públicas para tratativa dos motivos de acolhimento, no entanto conforme literatura Para Williams e Brandão (2009), o acolhimento interfere no desempenho escolar de crianças, na socialização destas e na defasagem de autocuidados. Em alguns contextos pelas características das instituições acolhedoras não atenderem a individualização da necessidade de cada infante (Chaves et al, 2012) e em outros contextos pelos principais motivos de acolhimento como: negligência, pais usuários de substâncias psicoativas e pela presença de violência física, psicologia e sexual que interferem na história de vida do acolhido (Cavalcante e Magalhães e Reis 2014).

OBJETIVO

Objetivo Geral

Caracterizar crianças de zero a seis anos em situação de acolhimento institucional quanto ao desenvolvimento global e comparar os resultados com um grupo de crianças que vivem com seus pais biológicos.

Objetivos Específicos

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento de socialização.

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de convívio familiar na cidade de Curitiba e na região metropolitana quanto ao desenvolvimento de socialização.

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba quanto ao desenvolvimento cognitivo

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de convívio familiar na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento cognitivo.

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento em autocuidados

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de convívio familiar na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento em autocuidados.

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento da linguagem

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de convívio familiar na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento da linguagem.

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de acolhimento institucional na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento motor

Caracterizar Crianças de 0 a seis anos em situação de convívio familiar na cidade de Curitiba e região metropolitana quanto ao desenvolvimento motor.

HIPÓTESE(S)

Crianças de zero a seis anos que se encontram em situação de acolhimento institucional apresentarão defasagem no desenvolvimento de autocuidados, linguagem, motor e cognição se comparadas às crianças que não estão em situação de acolhimento e vivem com seus pais biológicos.

Método

Amostra: Participaram desta pesquisa 14 crianças, em situação de acolhimento institucional, de ambos os sexos, com idades entre 0 a 6 anos e 14 crianças em convívio familiar, de ambos os sexos, com idade entre 0 a 6 anos.

Local: três instituições de acolhimento da cidade de Curitiba sem fins lucrativos, tendo como mantenedora a igreja católica, evangélicas, doações de imposto de renda e eventos beneficentes para manutenção destas. As três instituições promovem o treinamento das cuidadoras e da equipe técnica, pela contratação de profissionais externos e participação em eventos destinados à temática do acolhimento. Uma das instituições não conta com o auxílio de cuidadoras tendo em vista o acolhimento conjunto, ou seja, quando a criança acolhida fica sobre a responsabilidade e cuidado da mãe biológica nas dependências da instituição. As outras duas instituições direcionam uma cuidadora para cada dez crianças acolhidas.

Referente às crianças que não estão em situação de acolhimento, as coletas de dados se deram no consultório de Psicologia do pesquisador ou na casa dos participantes. Sendo que sete crianças conviviam com os pais biológicos, seis crianças conviviam apenas com a mãe biológica e uma criança convivia com o pai biológico.

Materiais: Foi utilizado como material, as fichas para coletas de dados, brinquedos como: prancha de pinos, peças de plásticos encacháveis, figuras ilustrativas do cotidiano das crianças, figuras geométricas, folha de papel A4, lápis, giz de cera, bola, tesoura, livro infantil, baldinho de praia com pазinhas de areia, talheres para alimentação e fichas coloridas.

Instrumento: Os dados foram coletados pela aplicação do Manual do Inventário Portage Operacionalizado (IPO).

O IPO é um guia de Educação Pré-escolar, criado em 1976, sendo traduzido para o português por duas psicólogas brasileiras Williams e Aiello (2018), além da tradução elas operacionalizaram cada um dos comportamentos. Este teste faz parte de um sistema amplo de treinamento de pais e educação pré-escolar denominado IPO.

O Inventário IPO é um instrumento que orienta o aplicador referente à descrição de comportamentos de crianças de zero a seis anos de idade, objetivando a construção de um parecer permitindo posteriores intervenções no ambiente natural da criança. O IPO é composto por um inventário que lista 580 comportamentos, distribuídos em cinco áreas do desenvolvimento (socialização, cognição, linguagem, autocuidados e desenvolvimento motor) e ainda introduz um campo de estimulação infantil, reservada aos recém-nascidos na faixa etária de até quatro meses de vida (Taques, 2006). Sendo que a área de estimulação infantil possui 45 itens, a de desenvolvimento motor, 140; a de autocuidados, 105; a de cognição, 108; a de socialização, 83 e a de linguagem, 99.

A área motora avalia sobre a capacidade da criança em controlar seus músculos e mover-se com desenvoltura, como resultado da prática ou da experiência em geral e progressivamente novos padrões cada vez mais complexos tendem a surgir. Embora o ritmo do desenvolvimento varie de uma criança para outra, a sequência é quase a mesma para todas elas.

O autocuidado é a ação que se exerce sobre si mesmo para preservar e cultivar uma boa qualidade de vida e saúde de maneira responsável. Na área da cognição busca-se verificar se a criança adquiriu certos tipos de conhecimentos esperados para a sua idade. A cognição envolve fatores diversos como o pensamento, a percepção, a memória, e raciocínio, que fazem parte do desenvolvimento intelectual. A área da socialização se refere à assimilação de hábitos característicos do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo que nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação, sendo inicialmente pela "imitação" para se tornar mais sociável. Sobre a área da linguagem refere-se à capacidade especificamente humana para aquisição e utilização de sistemas complexos de comunicação.

Procedimentos Éticos

Inicialmente foi solicitada autorização do juiz Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, para realização da pesquisa. Após obtenção da mesma, o projeto foi enviado ao Comitê de Ética da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP: CAAE 20143218.8.0000.8040. Logo após aprovado, as instituições de acolhimento foram visitadas para que a pesquisa fosse explicada e fossem agendadas as visitas para as coletas de dados. Foi entregue o termo de consentimento livre esclarecido para as cuidadoras e agendamento das sessões para coletas de dados.

Quanto aos riscos, aponta-se a fadiga em realizar as atividades propostas. Não acredita-se que esta observação tenha desencadeado efeitos emocionais. Porém mesmo

assim foi ofertado acompanhamento psicológico gratuito na Universidade Tuiuti do Paraná, para os que desejassem.

Às coletas de dados realizadas nos infantes em convívio familiar, ocorreram a partir de convite explicativo às pessoas conhecidas e solicitando indicações de outras crianças dentro dos critérios estabelecidos de observação. Os pais que participaram da pesquisa receberam informações referentes ao objetivo do estudo e assinaram o documento TCLE, dando assim ciência quanto ao entendimento do presente estudo e formalizando seu consentimento quanto à participação.

Procedimentos A primeira coleta de dados ocorreu em uma instituição de acolhimento na região metropolitana na cidade de Curitiba, após reunião com a equipe técnica, estando presente a psicóloga da instituição, a assistente social, a pedagoga e a diretora responsável pela instituição. Ao todo foram realizados sete encontros, sendo o primeiro a reunião mencionada acima e os outros seis destinados para aplicação do IPO através de brincadeiras, observação das crianças em convívio de grupo e entrevista com as cuidadoras. A segunda coleta de dados ocorreu na cidade de Curitiba em uma instituição de acolhimento diferente das demais, uma vez que as mães biológicas ficam acolhidas junto com seus filhos recebendo a terminologia de acolhimento conjunto, em geral estas mães são vítimas de agressões conjugais. A coleta se deu pela aplicação do IPO, através de brincadeiras, observação das crianças em convívio de grupo e entrevista com as mães biológicas. A terceira coleta de dados ocorreu na cidade de Curitiba, após uma reunião com a psicóloga e duas assistentes sociais da instituição. Pela aplicação do IPO, através de brincadeiras, observação das crianças em convívio de grupo e entrevista com as cuidadoras.

O IPO pode ser aplicado em diferentes períodos do dia, sendo esta aplicação na escola e/ou na casa da criança avaliada. A aplicação inicia-se pela área de desenvolvimento motor, e o aplicador deve realizar a aplicação na criança em situação natural, favorecendo assim a participação do infante nas atividades propostas pelo instrumento. O aplicador observa primeiramente os comportamentos da faixa etária anterior a da criança, sendo que para avançar para a faixa etária seguinte deve haver 15 itens consecutivos de acertos ou alcançar 75% de acertos em todas as áreas. Se houver 50% de erro, os aplicadores devem retroceder à idade anterior. As aplicações duraram cerca de 30 minutos, para evitar que a criança se cansasse.

Caracterização da amostra – Crianças em situação de Acolhimento

Nesta amostra 64,2% dos participantes eram do sexo masculino e 35,7% do sexo feminino, 78,5% estavam acolhidos com um irmão ou mais e 21,4% não tinham irmãos em situação de acolhimento, 71,4% estavam matriculados em instituições de ensino e 28,5% não estavam matriculados em instituições de ensino, pela idade cronológica. 35,7% estavam em situação de acolhimento junto com as mães biológicas e 64,2% não tinham a presença da mãe biológica no acolhimento. Quanto aos motivos de acolhimento 35,7% foram acolhidos por negligência, 28,5% estavam acolhidos por negligência pelos pais serem usuários de SPA, 0,07% por violência física e 0,07% por violência doméstica. 14,2% foram acolhidos por negligência e abandono de incapaz. Referente ao tempo de acolhimento, 14,2% estavam acolhidos há 9 meses, 21,4% estavam acolhidos há 10 meses, 14,2% estavam acolhidos há 5 meses e 42,8% estavam acolhidos há menos de 12 meses. Quanto a idade cronológica dos acolhidos 28,5% de 70 meses, 34,7% tinham 24 meses, 14,2% tinham 50 meses, 0,07% tinham 30 meses e 14,2% tinham menos de 12 meses.

Caracterização da amostra – Crianças em Convívio Familiar

Nesta amostra 100% dos participantes pertenciam a instituição familiar, 42,8% eram do sexo feminino e 57,1% do sexo masculino, 71,4% tinham um ou mais irmãos e 28,5% não tinham irmãos, 71,4% estavam matriculados em uma instituição de ensino e 28,5% não estavam matriculados em uma instituição de ensino. 42,8% os pais estavam casados, 0,07% o pai era falecido e 50% da amostra tinham pais divorciados. 28,5% eram filhos de pais usuários de SPA e 71,4% os pais não apresentavam envolvimento com SPA. 21,4% tinham menos de 12 meses de idade, 21,4% tinham 24 meses de idade, 21,4% tinham 30 meses de idade, 0,07% tinham 40 meses de idade e 28,5% tinha 70 meses de idade.

Análise de dados

A partir das observações foi possível construir uma planilha com o número de acertos, erros e comportamentos não observados, nas cinco áreas de avaliação do IPO. Esta planilha foi transposta para o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21.0. e os dados foram correlacionados por meio do teste de correlação de Spearman. e comparação entre os grupos de crianças (Wilcoxon Signed-Rank). Espera-se com o incremento do número de participantes proceder as análises estatísticas que possam realizar agrupamentos de características e/ou apontar diferenças entre grupos e comparar grupos.

RESULTADOS

Este trabalho teve como amostra (n = 28). 50% da população observada estavam em situação de acolhimento em três instituições da cidade de Curitiba destinada aos cuidados desta população, sendo que uma delas realiza o acolhimento do infante junto

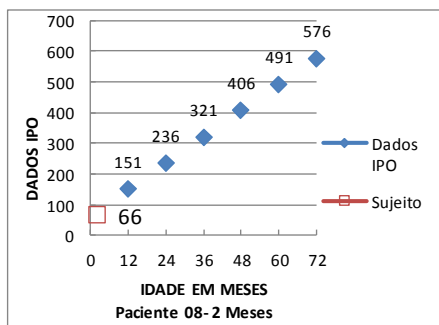
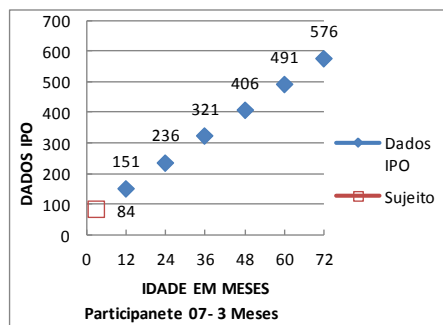
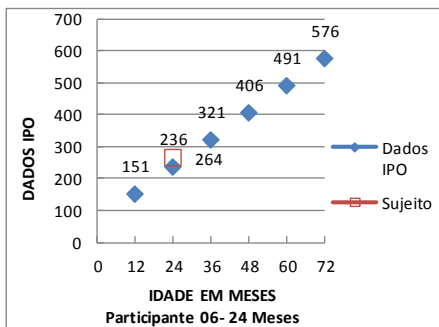
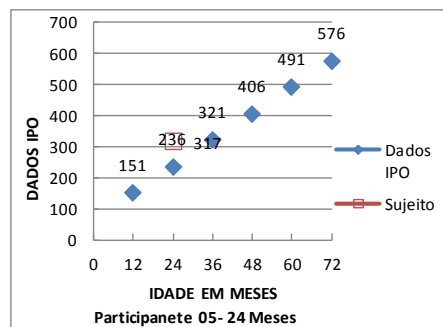
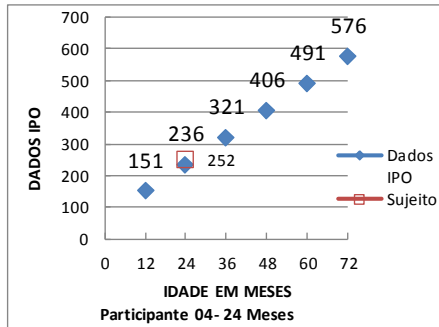
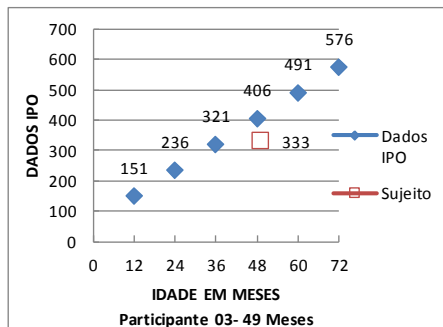
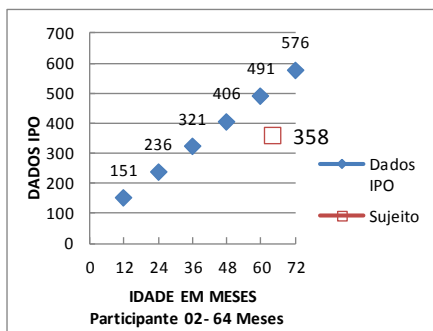
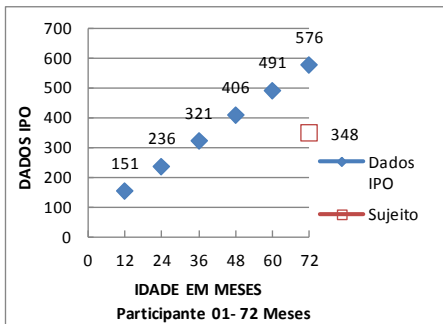
com a mãe biológica através do acolhimento conjunto e irmãos caso este os tenha. Os demais participantes que representam a outra metade (n = 14), estavam em convívio com a família biológica.

Como pode ser visto na tabela 1 85,7% (n = 12) das crianças acolhidas tiveram como motivo de acolhimento à negligência, dentre estas em quatro crianças a negligência estava correlacionada ao uso de substâncias psicoativas, em duas crianças a negligência esteve correlacionada com abandono de incapaz outras duas crianças houve correlação da negligência com violência física. Em 7,1% da amostra (n = 01) o acolhimento deu-se por violência doméstica e 7,1% (n = 1) da população observada foi acolhida por situação de rua. Em relação a idade dos participantes observou-se idade média de 36,2 meses. 64,2 % da amostra (n = 9) eram do sexo masculino e 35,7% (n = 5) eram do sexo feminino. Referente ao tempo de acolhimento encontrou-se média de 8,5 meses de tempo de acolhimento. Apenas 2,1% (n = 3) da amostra observada não tinham irmãos em situação de acolhimento. 78,5% da amostra (n = 11) estão matriculados em instituição de ensino, sendo que (n = 3) não frequentam instituição de ensino pela idade. 35,7% da amostra estão em situação de acolhimento junto com a mãe biológica

A tabela 2 apresenta que, 57,1% (n = 8) das crianças observadas são do sexo masculino e 42,8% (n = 6) são do sexo feminino. A média da idade das crianças observadas (n = 14) esta em 39 meses. 71,4 % (n = 10) estão matriculadas no sistema de ensino, sendo que 14,2% (n = 2) são estudantes de escolas particulares e 57,1% (n = 8) são estudantes da rede pública. 71,4% (n = 10) têm irmãos e 50% (n = 7) das crianças observadas moram com o pai e com a mãe devido ao estado civil destes serem casados. 42,8% (n = 6) são filhos de pais divorciados e 0,71% (n = 1) o pai é falecido pelo

histórico de envolvimento com SPA. 28,5% (n = 4) são filhos de usuário de SPA e 71,4% (n = 10) representam a amostra dos pais que não tiveram envolvimento com SPA.

A seguir é possível visualizar na figura 1 e 2 as retas de regressão acerca do desenvolvimento global – IPO das crianças observadas nos dois grupos: em acolhimento e em convívio com os pais. O desenvolvimento global compila as cinco áreas de desenvolvimento do IPO (Desenvolvimento motor, linguagem, autocuidados, socialização e cognição).



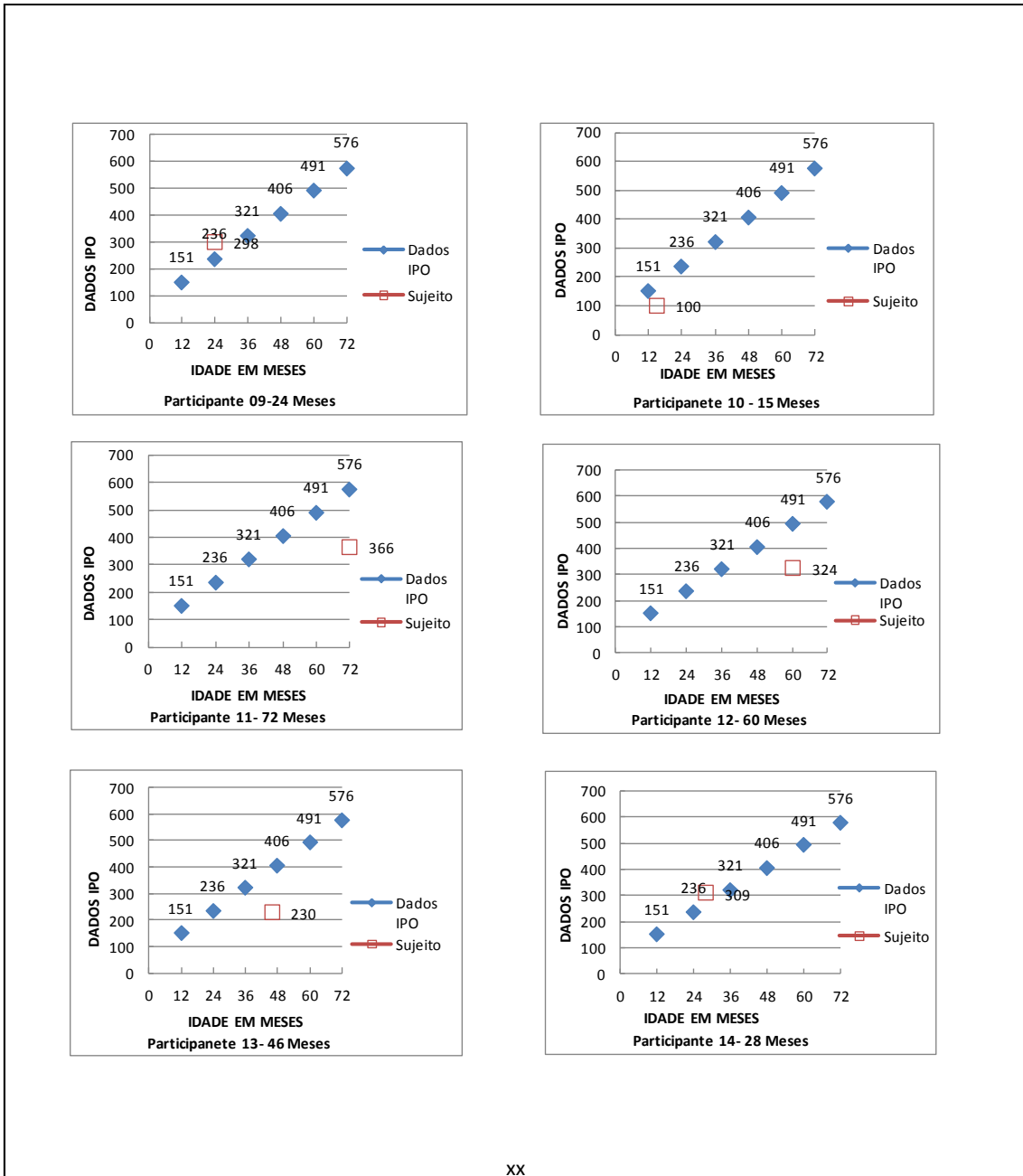
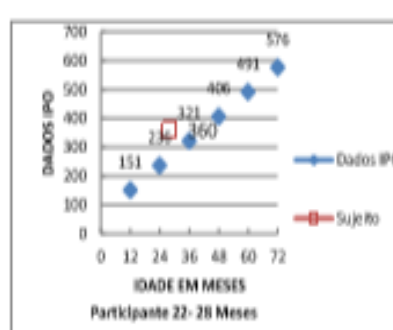
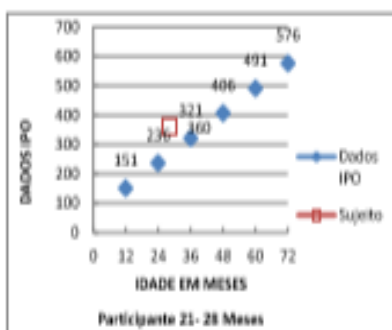
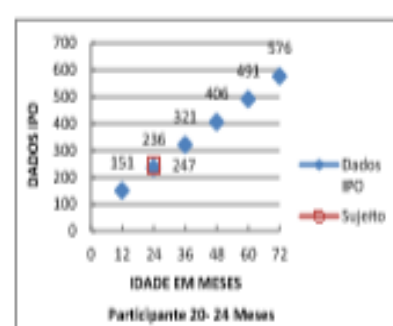
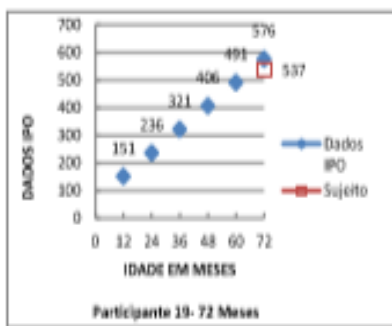
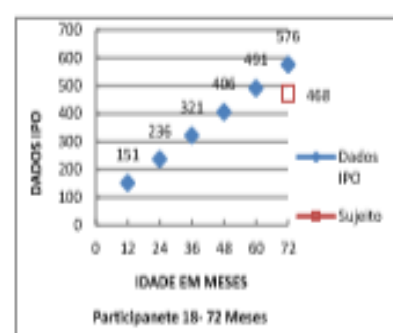
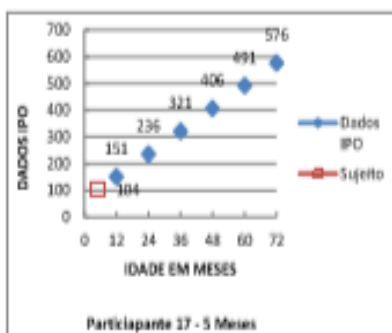
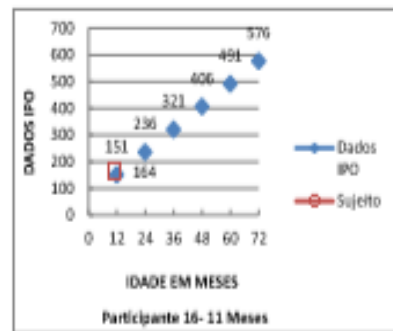
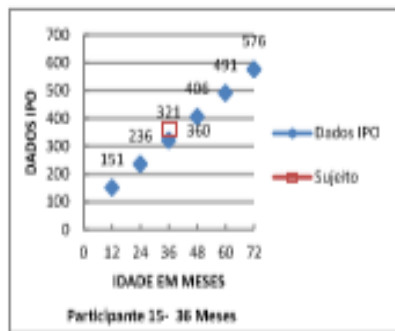


Figura 1 – Desenvolvimento Global IPO - Acolhidos



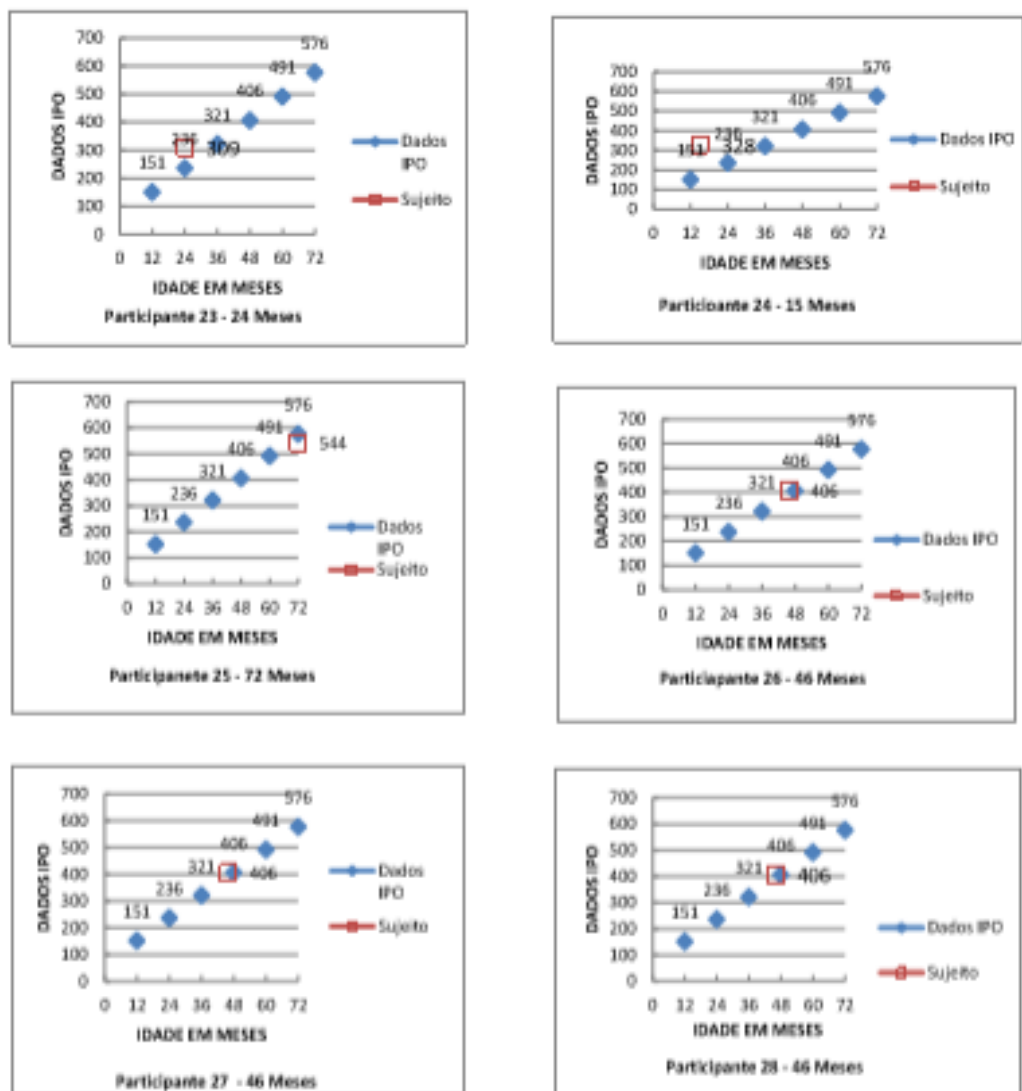


Figura 2 – Desenvolvimento Global IPO - não acolhidos

Quanto à amostra de crianças acolhidas (Figura 1) observou-se o seguinte resultado da reta de regressão do desenvolvimento global. 10 crianças apresentaram desempenho inferior ao esperado pelo IPO e 4 crianças apresentaram desempenho superior ao esperado pelo IPO, conforme procedimento utilizado para avaliar.

Referente à amostra de crianças não acolhidas (Figura 2) observou-se o seguinte resultado quanto à reta de regressão do desenvolvimento global. 7 crianças apresentaram desempenho inferior ao esperado pelo IPO e 7 crianças apresentaram desempenho superior ao esperado pelo IPO, conforme procedimento utilizado para avaliar.

A seguir serão apresentados dados referentes às análises de correlação (Spearman) e comparação entre os grupos de crianças (Wilcoxon Signed-Rank).

Tabela 3 – Correlação das áreas do desenvolvimento de crianças acolhidas.

	Cognição	Motor	Linguagem	Socialização	Autocuidados	Estimulação Infantil
Cognição		,801**	,755**	,693**	,758**	,711**
Motor	,801**		,895**	,653*	,906**	,703**
Linguagem	,755**	,895**		,453	,970**	,701**
Socialização	,693**	,653*	,453		,506	,722**
Autocuidados	,758**	,906**	,970**	,506		,722**
Estimulação Infantil	,711**	,703**	,701**	,722**	,722**	

**P < 0,01

*P < 0,05

Observa-se correlação significativa entre cognição e motor, cognição e linguagem, cognição e socialização, cognição e autocuidados e cognição e estimulação infantil. Motor e cognição, motor e linguagem, motor e autocuidados e motor e estimulação infantil. Linguagem e cognição, linguagem e motor, linguagem e

autocuidados e linguagem e estimulação infantil. Socialização e cognição, socialização motor e socialização e estimulação infantil. Autocuidados e cognição, autocuidados e motor, autocuidados e linguagem e autocuidados e estimulação infantil.

Tabela 4 - Correlação das áreas do desenvolvimento de crianças em convívio com a família biológica.

	Cognição	Motor	Linguagem	Socialização	Autocuidados	Estimulação Infantil
Cognição		,937**	,956**	,764**	,976**	,609*
Motor	,937**		,895**	,820**	,977**	,610*
Linguagem	,956**	,895**		,761**	,942**	,612*
Socialização	,764**	,820**	,761**		,801**	,611*
Autocuidados	,976**	,977**	,942**	,801**		,611*
Estimulação Infantil	,609*	,610*	,612*	,611*	,611*	

**P < 0,01

*P < 0,05

Observa-se correlação significativa entre Cognição e motor, cognição e linguagem, cognição e socialização, cognição e autocuidados. Motor e cognição, motor e linguagem, motor e socialização, motor e autocuidados. Linguagem e cognição, linguagem e motor, linguagem e socialização, linguagem e autocuidados. Socialização e cognição, socialização e motor, socialização e linguagem e socialização e autocuidados. Autocuidados e cognição, autocuidados e motor, autocuidados e linguagem e autocuidados e socialização.

Tabela 5 - Comparação de Crianças Acolhidas e Crianças Não Acolhidas.

Áreas	Z	P
Global	-2,040	,041

Linguagem	1,947	,052
Socialização	-,1726	,084
Estimulação infantil	-,947	,345
Autocuidados	-1,601	,109
Cognição	-2,041	,041
Motor	-1,915	,056

Observa-se diferença significativa entre crianças acolhidas e crianças não acolhidas nas seguintes áreas do desenvolvimento: linguagem, cognição e desenvolvimento motor.

Após as análise, verificou-se que grupos de escolas públicas e particulares não apresentam diferença significativa nas áreas do desenvolvimento. Foi possível observar também que não houve diferença significativa entre os motivos de acolhimento (negligência e negligência pelo uso de SPA) nas áreas do desenvolvimento das crianças acolhidas. Nota-se que não se apresentam diferenças significativas quanto ao estado civil dos pais nas crianças observadas de ambos os grupos (acolhidas e não acolhidas), nas áreas do desenvolvimento.

DISCUSSÃO

Ao longo do trabalho na caracterização das crianças de zero a seis anos em situação de acolhimento institucional quanto ao desenvolvimento global em comparação com as crianças que estão em convívio familiar com os pais biológicos, encontrou-se diferença significativa entre as crianças acolhidas e as crianças em convívio familiar nas seguintes áreas do desenvolvimento: linguagem, cognição e desenvolvimento

motor. Para Martín et al., (2008) A família é considerada como elemento fundamental para o desenvolvimento da criança. A exposição aos fatores de riscos que antecedem ao acolhimento e a institucionalização são fatores contribuintes para o atraso cognitivo das crianças. Guerra e Prette (2018).

Para Martins, Costa e Ferreira (2010), o afastamento da criança da família de origem são consequências de negligência, este dado fica em evidência neste estudo, sendo que 85,7% dos motivos de acolhimentos encontrados na presente pesquisa se fizeram por negligência. Sabe-se que o conceito de negligência abrange-separa diversas tipificações, entre elas violência física, psicológica e omissões quanto ao desenvolvimento do infante.

Quanto às tipificações de negligências encontradas no decorrer da pesquisa, descobriu-se que 28,5% eram motivadas pelo uso de SPA (Substâncias Psicoativas), em 21,4% havia manifestação de violência física e 14,2% foi representada por abandono de incapaz. Silva e Costa (2016) apontam que a negligência é uma experiência comum em crianças filhas de usuários de SPA. Marturano e Elias (2016) consideram que a negligência contribui negativamente para o desenvolvimento de crianças e adolescentes nas relações interpessoais e no desenvolvimento cognitivo. Pode-se observar que 64,28% das crianças acolhidas apresentaram resultados abaixo da média na área do desenvolvimento cognitivo e socialização através aplicação do IPO e apenas 35,7% das crianças que não estão em situação de acolhimento ficaram abaixo da média no desenvolvimento cognitivo e 21,4% apresentam resultado abaixo do esperado na área de socialização.

Para Gontijo, Buiati, Santos e Ferreira (2011) o uso de álcool e outras drogas pelos pais dos infantes acolhidos é um fator contribuinte para vulnerabilidade, tendo em vista que a dependência química favorece expressões de comportamentos de violência,

assim como o uso de SPA dos pais são fatores contribuintes para o aumento da agressividade e comportamentos antissociais das crianças. Outros autores como Both e Benetti (2017) comentam que o uso do crack pelos pais é um dos principais motivos de acolhimento, segundo os autores o uso desta substância interfere diretamente nas representações mentais, que o infante desenvolve quanto às figuras paternas.

Silva et al (2018), comentam que quando o infante não possui um ambiente que favoreça seu desenvolvimento, este pode apresentar comportamentos ao longo do desenvolvimento que proporcionem a criança fatores de risco. Para Marturano e Elias (2016) o desenvolvimento infantil é composto por fatores comportamentais de proteção e de risco, além do contexto biológico e social. Por estes motivos a maneira que os pais organizam o ambiente físico dos filhos interfere diretamente nas áreas do desenvolvimento do infante, quanto mais organizado e seguro for o meio que a criança esta inserida melhor será seu desempenho cognitivo, acredita-se que por este fator o desenvolvimento de crianças que não estão em situação de acolhimento tenha tido uma representatividade esperada pelo IPO.

A situação de violência familiar teve uma representatividade de 7,1% dos motivos de acolhimento, Viera e Zorning (2015) relatam que crianças que vivenciaram situações de violência doméstica apresentaram melhoras em seus comportamentos de agressividades quando estavam em acolhimento, ao longo das coletas de dados foi possível observar que as crianças que estavam em acolhimento por mais tempo apresentavam menos comportamentos agressivos do que as crianças que estavam nos primeiros meses de acolhimento.

A média do tempo de acolhimento dos participantes (n=14) foi de 8,5 meses o que atende a determinação do ECA, após a alteração do estatuto no ano de 2017, garantindo que permanência máxima em serviço de acolhimento deve ser de 17 meses.

Tal alteração se deu para incentivar e facilitar o processo de adoção e atender as conformidades da lei nº 13.509/2017 destinada a garantir os direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Penso e Santos (2013) comentam que longa permanência em casas lares pode interferir negativamente no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

A idade média das crianças acolhidas foi de três anos, devido ao critério estabelecido que as observações fossem com crianças de zero a seis anos. Gontijo, Buiati, Santos e Ferreira (2011) relatam no estudo de âmbito nacional que a média por eles encontrada de crianças em situação de acolhimento foi de sete anos. Mariano e Ferreira (2008) apresentam que a faixa etária de crianças adotadas esta na média de dois anos de idade, tendo estes 89% de chances de serem adotados, após esta idade a possibilidade de adoção passa para 54%. Penso e Santos (2013) comentam que 63,2% de crianças e adolescentes são acolhidos antes do onze anos de idade e que 34% dos acolhidos estão a mais de 3 anos em situação de acolhimento.

Outro dado importante é o fato de que 78,5% da amostra (n=14) deste estudo tinham irmão em situação de acolhimento. Segundo Laus e Borges (2013) a relação entre irmãos acolhidos é contribuinte para construção de vínculo, sendo este, um fator de proteção para o infante em acolhimento. O ECA também estabelece que preferencialmente quando o infante tem irmãos que estes sejam acolhidos na mesma instituição, o mesmo é válido em caso de adoções, dando preferência para que a vinculação entre os irmãos seja preservada.

Em relação ao sexo das crianças acolhidas, observou-se concordância dos dados encontrados em outros estudos que apontam que o percentual de crianças acolhidas do sexo masculino é maior do que as do sexo feminino (Souza e Brito 2015). No presente

estudo identificou-se que 64,2% dos acolhidos eram do sexo masculino e 35,7% do sexo feminino.

Através da aplicação do IPO foi possível observar pelos gráficos da reta de regressão que o grupo de crianças acolhidas apresentou um resultado insatisfatório, sendo que 71,4 % não atingiram a média estabelecida pelo instrumento. Para Nobrega e Minervino (2011) os atrasos no desenvolvimento em uma criança em situação de acolhimento serão maiores de acordo com a idade que o infante tiver no momento que for acolhido. Diniz, Assis e Souza (2018) relatam que o desenvolvimento infantil engloba diversos fatores sendo estes: sociais, cognitivos e afetivos. Considerado os principais motivos de acolhimentos encontrados neste estudo é possível correlacionar que o resultado abaixo do esperado se dá pela situação de acolhimento.

Quanto ao grupo representado pelas crianças que não estão em situação de acolhimento, observou-se que apenas 28,5% dos infantes não atingiram a média esperada. Para Diniz, Assis e Souza (2018) a criança integra-se de forma mais assídua ao contexto social quando não estão institucionalizadas. Torna-se perceptivo que o desempenho satisfatório deste grupo está correlacionado também com a estrutura familiar e práticas educativas adequadas para cada fase do desenvolvimento. Veríssimo, Fernandes e Monteiro (2011) comentam que o ambiente é fator contribuinte no desenvolvimento do infante, interferindo nas relações sociais e desenvolvimento cognitivo, para os autores os pais são fatores de modelação dos comportamentos sociais e segurança afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento institucional torna-se necessário em alguns casos como garantia da proteção do acolhido conforme preconiza o ECA, neste quesito foi possível observar

que as instituições de acolhimento da cidade de Curitiba atendem as determinações do ECA, quanto ao tempo de permanência. Ao longo do estudo encontrou-se morosidade no acesso as instituições de acolhimento. Sugerem-se estudos quanto acolhimento, pois através dos resultados obtidos nesta pesquisa nota-se a necessidade de acompanhamento psicológico e pedagógico, proporcionando ao acolhido estratégias de enfrentamento e desenvolvimento. Outro fator importante e desafiador são os motivos de acolhimento, onde a negligência é predominante, programas de práticas educativas destinados aos pais seriam contribuintes como estratégia de prevenção. Os resultados dessa pesquisa apontam para necessidade de estudos referente a desenvolvimento destas práticas, estes estudos poderão contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias diminuindo os casos de acolhimentos e possibilitando as instituições acolhedoras menor número de infantes acolhidos, sendo possível um acompanhamento individualizado.

Referências

- Abaid J. L. W., & Dell'Aglio D. D., (2014) Exposição a Fatores de Risco de Adolescentes em Acolhimento Institucional no Sul do Brasil *Interação Psicol.* 18 47-57
- Andrade, S. A., Santos, D. N., Bastos, A. C., Pedromônico, M. R. M., Almeida-Filho, N., & Barreto, M. L. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: Uma abordagem epidemiológica. *Revista de Saúde pública*, 39, 606-611
- Benetti D. Simões (2017). Efeitos de um treino de habilidades para a vida junto a adolescentes com deficiência intelectual e em situação de acolhimento.
- Bernal, E. M. B. (2004). Arquivos do abandono. Experiências de crianças e adolescentes internados em instituições de Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez.

Brandão A. S. Williams L. C. A. (S/D). O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade. *Universidade Federal de São Carlos*.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2018.

Cavalcante, L. I. C., Magalhães C. M. C., & Reis. (2014). Análise Comparativa do Perfil de Crianças em Acolhimento Institucional nos Anos de 2004 e 2009. *Universidade Federal do Pará*, 45, 90-99

Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34

Chaves C. M. P., Lima F. E. T., Mendonça L. B.A., Custódio I. L., & Matias E. O. (2012) Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Reben*

Dias, M. S. L., & Silva, R. S. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Tuiuti: ciência e cultura*, 45, 177-188.

Diniz I. A., & Assis M. O., (2018). Crianças Institucionalizadas: Um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. *Psicologia e Saúde: da formação às práticas e gestão dos serviços Vol. 3*. doi: 0000-0002-8687-8943

Fernandes, A. O., & Monteiro, N.R. (2011). Psychological Indicators and Perceptions of Adolescents in Residential Care. *Paidéia Vol.1 26*

Guerra, L.L & Del Prette A.P. (2018). Habilidades sociais educativas de cuidadores de crianças institucionalizadas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.

Gontijo D. T., & Buiati P., C., & Santos R. L., & Ferreira A., T., A., (2011). Fatores relacionados á institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba – MG. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, vol. 25 .

doi:10.1590/0102-37722016011651063070

Jauczura, R. (2008). Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção. *Centro Universitário Franciscano - UNIFRA*

Lauz G., V. M., & Borges J. L., (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicol.cienc.prof. Vol 33*. doi: 10.1590/S1414-98932013000400007

Mariano, F. N., & Ferreira M. C., (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica Vol 21*. doi: 10.1691/S01038631540000300008

Martins L. B., & Costa N., R., & Ferreira M. C. R., (2010). Acolhimento Familiar: Caracterização de um programa. *Paidéia Vol.20*. doi: 10.1590/S0103-863X2010000300008

Martín, E., Torbay, Á., & Rodríguez, T. (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor com la família em los programas de acogimiento residencial.

Marturano, E. M., & Elias, L. C. dos S. (2016). Família, dificuldades no aprendizado e problemas de comportamento em escolares. *Educar Em Revista*, Vol 59. doi:10.1590/0104-4060.44617

Nardi F., L., F., H., Dell’Aglio D. D. (2016) Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 32 63-70

- Nóbrega, J. N., & Minervino, C. A., S., M., (2011). Análise do Nível de Desenvolvimento da linguagem de crianças abrigadas. *Psicol. Argum. Vol.29*.
- Patias N. D., Siqueira A. C., & Dell'aglio D.D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes Institucionalizados e suas famílias. *Psicologia e Sociedade*, 29, xdoi:10.1590/1807-0310/2017v29i31636
- Penso M. A., & Santos B. R., Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Vol. 65*. doi: 0100-869222902895006
- Pereira M., Soares I., Dias P., Silva J., Marquesa S., & Baptista J., (2017) Desenvolvimento, Psicopatologia e Apego: Estudo Exploratório com Crianças Institucionalizadas e suas Cuidadoras. Universidade do Minho, *Universidade Católica Portuguesa & Universidade do Porto*
- Sigal, J., Perry, J. C., Rossignol, M. I., & Ouimet, M. C. (2003). Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. Em: *American Journal of Orthopsychiatry* 73, 3-12.
- Silva V., S., & Costa M., F. T. B., (2016). O trabalho social com famílias de crianças vítimas de negligência. *Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento Unitaubate*.
- Siqueira A. C., & Dell'Aglio D. D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26, 407 -415
- Souza F. H., O., & Brito L. M., T., (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju *Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol. 27*. doi:10.1590/0103-56652015000100003.

Suehiro A. C. B., Rueda F. J. M., & Silva M. A. (2007). Desenvolvimento percepto-motor em crianças abrigadas e não abrigadas. UAEM

Torquato J. A., Paes J. B., Bento M. C. C., Saikai G, M. P. N. Souto J. N., Lima E. A. M., & Abreu L. C., Prevalência de atraso do desenvolvimento neuropsicomotor em pré-escolares *Journal of Human Growth and Development* 21.

Williams L.C.A., Aiello A.L.R. (2018) Manual do Inventário Portage Operacionalizado: avaliação do desenvolvimento de crianças de 0-6 anos. Curitiba Juruá Editora.